

PREPARANDO A GREVE GERAL
DIAS 14 e 15 de MARÇO

ADUNICAMP

BOLETIM

Nº 07/89

DATA: 22/02/89

8,4% : A UNIVERSIDADE EM RISCO

A ADUNICAMP já demonstrou exaustivamente no último Boletim, o que representa para o conjunto das atividades de ensino, pesquisa e extensão e para os salários de docentes e funcionários, o percentual de 8,4% do ICM, acordado entre o Governo do Estado e o CRUESP.

Esse índice, indiscutível e reconhecidamente insuficiente, significa colocar em risco a autonomia da universidade e a necessária tranquilidade para o pleno desenvolvimento do trabalho acadêmico, já tão conturbado como resultado da greve de 70 dias do ano passado. Agora, com o anúncio, pelo CRUESP, não só do índice - absurdo - de 15% em fevereiro mas das normas para a política salarial das Universidades, nossas preocupações aumentam.

Vale a pena reafirmar que os próprios Reitores reconhecendo a inadequação do índice concordaram, na reunião com as ADs no último dia 14, com a necessidade, expressa por nós, de revisão imediata do decreto sobre autonomia. No entanto, menos de uma semana depois e sem qualquer resposta ao ofício das ADs enviado ao CRUESP em 17 de fevereiro (ver cópia do ofício neste Boletim), os Reitores comunicam aos funcionários e docentes o índice de reajuste de fevereiro justificando a concessão dos 15% pela insuficiência no orçamento das Universidades.

Nossa luta em 88 teve como objetivo principal a conquista de uma política salarial mensal que mantenha o poder de compra dos salários. Para não acumular mais perdas, era fundamental que o reajuste de janeiro - base para a mensalidade - recuperasse nossas perdas ao longo de dois anos e equiparasse nosso salário aos níveis de Jan/87, início do Governo Quêrcia.

Assim foi que as ADs, em todas as reuniões com o CRUESP e em todas as instâncias do movimento, reafirmaram essa reivindicação. A tabela de janeiro/89 representa, portanto, apesar de várias distorções, o atendimento dessas reivindicações como resultado de nossa greve, de nossa luta, da capacidade de organização e mobilização que temos demonstrado. Os Reitores, receosos da possibilidade eminente de uma nova paralisação no início do ano e ainda no final do semestre letivo, apressaram-se a negociar com o Governador o reajuste de janeiro, sem qualquer discussão com as ADs. Pressionados também pela urgência de definição de janeiro/89 e pela repercussão negativa que teria na comunidade a não aprovação da tabela pelo Governo, aceitaram o índice de 8,4% do ICM imposto por Quêrcia (a reivindicação dos Reitores era de 9,4%) em nome da autonomia da Universidade, dois dias antes do paga-

mento dos salários referentes a Janeiro. O Governo Quêrcia, sob o manto do tratamento diferenciado e da autonomia, reafirma seu descompromisso com a Universidade e com a educação públicas, concedendo um índice bastante inferior ao solicitado e que não responde às necessidades orçamentárias reais.

O encaminhamento dado a essa questão tanto interna quanto externamente, nos permite afirmar que o decreto da AUTONOMIA acordado entre Quêrcia e CRUESP é lesivo aos interesses mais gerais das Universidades Paulistas e coloca sérios riscos à própria autonomia que defendemos e às atividades científicas e acadêmicas que desenvolvemos.

Nesse sentido, consideramos fundamental e definimos, em conjunto com nosso CR e com as outras Associações, como tarefa principal a **IMEDIATA REVISÃO DO DECRETO DA AUTONOMIA**, visando a ampliação do índice, fundamentada em amplo e transparente estudo sobre as necessidades reais da Universidade, estudo esse que deverá contar com a participação dos docentes e não apenas dos assessores dos Reitores.

A luta pela revisão imediata do decreto é tarefa inadiável em defesa da Universidade. A Diretoria da ADUNICAMP entende que nossa luta continua, mais viva do que nunca, e exige de todos nós um posicionamento firme e decidido contra um Governo que continua - agora de maneira mais sutil - a tratar a Universidade com descaso e descompromisso.

EM DEFESA DA UNIVERSIDADE, PELA IMEDIATA REVISÃO DO DECRETO 29598/89

**15% DOS
REITORES
É
INACEITÁVEL**

ADUNICAMP Edital de Convocação ELEIÇÕES

Cumprindo disposições estatutárias, a presidenta da Associação de Docentes da Universidade Estadual de Campinas — ADUNICAMP — convoca eleições para a Diretoria da Entidade, a realizar-se nos dias 10, 11 e 12 de abril de 1989, das 10 às 16 horas.

A inscrição de chapas encerrar-se-á às 16 horas do dia 3 de abril de 1989.

Campinas, 17 de fevereiro de 1989
PROFA. HELENA COSTA LOPES DE FREITAS
Presidenta

14 e 15 de Março: 48 HORAS CONTRA O PLANO VERÃO DO GOVERNO SARNEY

As duas Centrais CUT e CGT e a Corrente Sindical Classista estabeleceram, em várias cidades um Comando Unitário com o objetivo de preparar e organizar a **GREVE GERAL** contra o **PLANO VERÃO** do GOVERNO SARNEY, nos próximos dias 14 e 15 de março.

Nessas 48 horas os trabalhadores vão cruzar os braços em resposta a um governo entreguista e corrupto que não hesita em colocar todo o peso da crise sobre os trabalhadores arrojando os salários e favorecendo os grandes empresários e o setor financeiro.

A ADUNICAMP vem participando dos foruns unitários em conjunto com todos os sindicatos, partidos e outros setores do movimento popular. Internamente, vamos nos preparar de modo a contribuir para que a **GREVE GERAL** seja um grande grito contra o arrocho, a recessão e o entreguismo que aprofundam a grave situação vivida pelo nosso país.

COPIA DO OFÍCIO ENVIADO AO CRUESP



ASS. DE DOCENTES DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS

Cidade Universitária - UNICAMP
Cx. P. 6158 13.061 Campinas SP

Fones (0192) 39.1148
39.1301 r. 2494

Campinas, 17 de fevereiro de 1989.

Sr. Presidente:

Em nome das Associações de Docentes da UNICAMP, USP e UNESP, venho a presença de V.Sa. afim de comunicar a deliberação dos 3 Conselhos de Representantes com relação ao encaminhamento a ser dado às discussões sobre a política salarial para as Universidades.

19. Com relação ao reajuste de fevereiro, dada a impossibilidade, no curto prazo de tempo de que dispomos de realizar um estudo mais detalhado sobre o orçamento das Universidades, as ADs reivindicam o índice de 25,43% que é o mesmo concedido ao funcionalismo. Este índice, do nosso ponto de vista, ainda é insuficiente, se considerarmos a inflação de janeiro da ordem de 31% (conforme cálculo do DIEESE);

20. Com relação à participação das Associações nas Comissões criadas pelo CRUESP, a recomendação dos Conselhos de Representante é a seguinte:

a) participar de todas as Comissões criadas, ampliando a participação das 3 ADs nas Comissões de Orçamento e Patrimônio e Legislação e Normas;

b) as Comissões de Política Salarial de Docentes e Funcionários devem ser unificadas, considerando que a Política Salarial é única para todos os servidores, sejam docentes ou funcionários. As especificidades de cada categoria deverão ser tratadas em Comissões de Carreira criadas especialmente para esse fim. Do nosso ponto de vista a essa Comissão de Política Salarial caberia fundamentalmente corrigir as distorções criadas com o reajuste de janeiro e propor um plano de recuperação das perdas salariais de cada categoria. Entendem as ADs que os índices dos reajustes mensais devam ser no mínimo equivalentes ao do funcionalismo estadual.

30. As ADs consideram fundamental a alteração do Decreto nº 29.598 de 02 de fevereiro de 1989 que regulamenta a autonomia. Os dados apresentados e disponíveis até o momento e as declarações dos Reitores pela imprensa nos indicam que o índice de 8,4% é insuficiente para a manutenção do trabalho acadêmico e das atividades essenciais das Universidades Paulistas. Nesse sentido, do nosso ponto de vista, a Comissão de Orçamento e Patrimônio deveria em curto prazo de tempo proceder aos estudos necessários visando fundamentar a reivindicação de elevação do percentual de 8,4%.

A ADUNICAMP, ADUSP e ADUNESP reiteram a disponibilidade discutir as questões relativas ao orçamento das Universidades bem como a necessidade urgente de definição do índice de fevereiro.

Atenciosamente

Prof. HELENA COSTA LOPES DE FREITAS
P/ ADUNICAMP, ADUSP e ADUNESP

Exmo. Sr.
Prof. Dr. PAULO RENATO COSTA SOUZA
DD. Presidente do Conselho de Reitores das
Universidades do Estado de São Paulo

er do estado.

F.S.P. 21/02/89

**FUNCIONÁRIOS DAS UNIVERSIDADES
RECEBEM REAJUSTE MAIOR**

Categoria	Janeiro	Fevereiro
Funcionalismo público	37%	26,43%
Funcionários das universidades	60%	15%
Docentes das universidades		
MS-1 (auxiliar de ensino - o grau mais baixo da carreira)	66,86%	15%
MS-2	108,20%	
MS-3	37,39%	
MS-4	29,52%	
MS-5	22,92%	
MS-6 (professor titular - o grau mais alto da carreira)	74,11%	

**DECRETO DA AUTONOMIA
INTERPRETAÇÃO DO CRUESP**

Na reunião do CRUESP com as ADs, foi apresentado a interpretação dos Reitores com relação ao Decreto da Autonomia, que é diferente daquela feita por nós no Boletim 06/89.

A interpretação dos Reitores é que o Governo irá usar o critério de fluxo de caixa para repassar os recursos e não o critério orçamentário, isto é, os gastos realizados com pessoal e custeio em um determinado mês (por ex. FEV.) deverão ser cobertos pelo ICMS do mesmo mês (por ex. 8,4% do ICMS de FEV.).

No nosso entendimento é praticamente impossível definir uma política salarial mensal onde automaticamente deva entrar uma estimativa do ICMS e uma previsão do mesmo.

Devemos lutar pela alteração do decreto tanto no seu índice (insuficiente) quanto na sua forma, pois só assim poderemos estabelecer uma política salarial transparente.

Na tabela abaixo fizemos os cálculos de repasse e gasto com pessoal e notamos que nos meses de FEV. e MARÇO a Universidade gastará 96% do que recebe do Governo com salários.

Será que no futuro, sem arrocho salarial, irá sobrar verba para custeio? Esta verba tem sido historicamente de 20 a 25% do repasse.

MASSA SALARIAL DAS 3 UNIVERSIDADES

MÊS	ICMS DO MÊS	8,4% ICMS	GASTOS COM SALÁRIOS NO MÊS	RELAÇÃO ENTRE SALÁRIOS E REPASSE DO ICMS
JAN/89	394,00	33,108	22,000	66
FEV/89	442,00*	37,128	35,780	96
MAR/89	510,00*	42,84	41,147	96
TOTAL	1.346,00	113,076	98,927	87,5

* Valores estimados

Obs.: Os valores constantes da tabela são em milhões de cruzados novos.